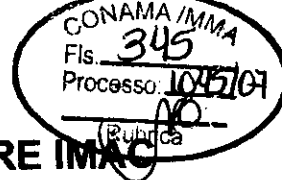




# INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE IMAC



Email 001/2007/Assessoria Técnica/IMAC

Rio Branco/AC, 18 de dezembro de 2007.

**A/C Dominique Louette e Marcelo Carvalho**

À Sua Senhoria o Senhor

**Nilo Sérgio de Melo Diniz**

Diretor do Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente - DCONAMA

**Assunto: Ofício Circular nº 226/2007/DCONAMA/SECEX/MMA - Supressão de APPs**

Senhor Diretor,

Conforme solicitado no Ofício nº 226/2007/DCONAMA/SECEX/MMA, encaminhamos via e-mail (anexo) as informações referentes aos licenciamentos efetuados pelo Departamento de Gestão de Recursos Hídricos de acordo com a Resolução CONAMA nº 369/2006.

Atenciosamente,

**Cristina Maria Batista de Lacerda**  
Coordenadora de Projetos Especiais  
Assessoria Técnica do IMAC



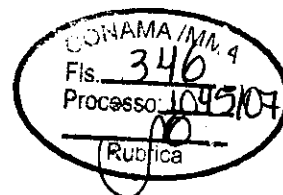
# INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC

Departamento de Gestão de Recursos Hídricos - DGRHI

GOVERNO DO ESTADO

A relação dos empreendimentos licenciados pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, através do Departamento de Gestão de Recursos Hídricos para atividade de extração mineral em leito de rio, os quais se encontram instalados em Áreas de Preservação Permanente – APPs e são considerados de interesse social e de baixo impacto ambiental de acordo com a Resolução CONAMA nº 369/2006, pode ser observada abaixo.

Tipo de Licença	Interessado
LP 51	J.A.R. da Silva
LI 15	Econstran Empresa de Transporte Ltda
LO 23	Diniz & Toshi
LO 25	J. Batista da Silva
LO 41	M.E.F. de Souza
LO 45	Amâncio Lopes & Cia Ltda
LO 51	Nogueira & Queiroz Ltda
LO 56	Conquista Representação e Administração Ltda
LO 57	Funpal Construções Ltda
LO 58	Amâncio Lopes & Cia Ltda
LO 68	J.C.A. Construções e Representações Ltda
LO 81	Draga São Sebastião
LO 88	F.J. Pereira – ME
LO 89	S.R. dos Santos Sólton
LO 93	Areial Amapá Ltda
LO 94	Rebouças & Marques Ltda
LO 97	J.M.M. de Lima
LO 100	Draga Santo Antônio
LO 105	Oliveira e Nery
LO 112	Areial Rio Branco Ltda
LO 115	Irmãos Quintela Ltda
LO 116	Irmãos Quintela Ltda
LO 138	Areal Santa Luzia
LO 111	Conquista Representação e Administração Ltda



No total foram 24 pleitos de intervenções autorizadas e nenhuma intervenção negada para este tipo de atividade. Não foram apresentadas dificuldades na interpretação e aplicação da Resolução.

De acordo com a Resolução CONAMA nº 303/2002, Artigo 2º item I a atividade é classificada como “nível mais alto”.

O trâmite processual se dá através da documentação exigida para a Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação, conforme listagem abaixo:



GOVERNO DO ESTADO

# INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC

Departamento de Gestão de Recursos Hídricos - DGRHI

## Licença Prévia – LP

Requerimento Solicitação da Licença – IMAC

Comprovante de recolhimento da taxa de expediente (modelo IMAC)

Publicação do pedido da Licença Prévia no Diário Oficial e jornal de circulação diária (Mod. IMAC)

Pessoa Física:

RG

CPF

Comprovante de Endereço

\* Procurador

Pessoa Jurídica:

Contrato Social ou Declaração de Firma Individual

CNPJ

FAC - Ficha de Atualização Cadastral

CPF representante legal

RG representante legal

Comprovante de Endereço do representante legal

Associação (Associação de Produtores Rurais)

Estatuto da Associação

CNPJ

Ata de Posse

CPF representante legal

RG representante legal

Comprovante de Endereço do representante legal

Prefeituras

CNPJ

Diploma de Posse

CPF representante legal

RG representante legal

Comprovante de Endereço do representante legal

Órgãos Públicos (Governo Estadual)

CNPJ

Decreto de Nomeação do representante legal

CPF representante legal

RG representante legal

Comprovante de Endereço do representante legal

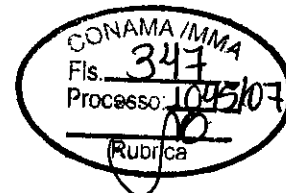
\* Procurador

RG

CPF

Comprovante de Endereço

Procuração Pública registrada em cartório





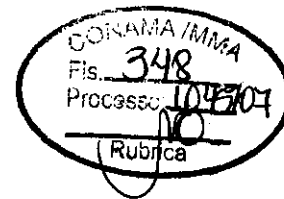
# INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC

Departamento de Gestão de Recursos Hídricos - DGRHI

GOVERNO DO ESTADO

## Documentação Técnica

Certidão da Prefeitura Municipal, informando que o local e a atividade proposta estão de acordo com as posturas municipais, incluindo o Plano Diretor;  
Memorial descritivo da atividade, devidamente assinado pelo responsável técnico habilitado (Mod. IMAC).



- 1) Planta topográfica, com:
  - a) Área total da propriedade;
  - b) Elemento de reconhecimento, tais como: rio, córregos, igarapés, lagos, vilas, rodovias, estradas, ramais;
  - c) Poligonal envolvente da área;
  - d) Conter o sentido da corrente;
  - e) Com 1 (um) dos vértices da poligonal amarrada a ponto fixo e inconfundível do terreno;
  - f) Distância e rumo p/o 1º vértice;
  - g) Faixa de proteção;
  - h) No mínimo com três coordenadas geográficas;
  - i) Escala 1:2.000 a 10.000 dependendo do tamanho da área;

Planta de situação da área (escala 1:100.000) baseado em cima da carta do DSG, com elementos de reconhecimento, tais como: rio, córregos, lagos, aquíferos, vilas, rodovias, estradas, ramais, unidades de conservação, terras indígenas;  
Atestado de prioridade expedido pelo 19º Distrito do DNPM, contendo a situação/localização, o município, a área a ser pesquisada/explotada e volume a ser extraído através de guia de utilização (se for o caso)

Documentação da área – Título de propriedade / Documento de posse

Requerimento de Registro do Licenciamento do DNPM

Plano de Controle Ambiental – PCA - Conforme Termo de Referência – Mod. IMAC;

ART dos responsáveis técnicos pela elaboração;

Caso seja detectada a existência de sítio arqueológico, apresentar projeto de resgate ou medidas mitigadoras para proteção, devidamente autorizadas ou aprovadas pelo IPHAN, bem como, no seu entorno;

Caso a área do empreendimento esteja próximo a área indígena ou de interesse da FUNAI (raio de até 10km), apresentar documento de anuência da FUNAI;

Caso o local do empreendimento esteja dentro de Unidade de Conservação Ambiental ou na sua zona de amortecimento (raio de até 10 km), apresentar documento de anuência do órgão gestor/conselho gestor municipal, estadual ou federal.

Para a Licença de Instalação e Operação faz-se necessário a apresentação e cumprimento de todas as exigências e restrições da Licença Prévia. Em seguida é feita a análise do processo e a vistoria in loco.